

AUTORIA EM DIFERENTES CAMPOS DISCURSIVOSCarla da Silva LIMA¹

RESUMO: Inscrito no campo teórico da Análise do Discurso, este trabalho decorre do crescente interesse que a temática da autoria vem suscitando no interior da AD. Por se tratar de uma proposta em fase inicial, este texto se limitará a uma apresentação, em linhas gerais, de alguns dos pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa, cujo objetivo inicial é analisar o funcionamento da noção de autor(ia) em campos discursivos distintos. Partindo do pressuposto de que cada campo define seu regime de autoria, julgamos de interesse avaliar em que medida a autoria é requerida e os efeitos que produz em diferentes campos discursivos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Campos Discursivos; Autor; Autoria.

ABSTRACT: This project was carried out due to the increasing interest that the subject "authorship" has aroused between researchers of Discourse Analysis. As a research in its initial phase, this article only elucidates some of the theoretical assumptions that will support future analysis on the topic. This study aims to discover how the authorship mechanism works in different discourse contexts. Assuming that each of them defines its own authorship regulations, it is believed to be useful to assess how the authorship is claimed and the effects it causes in different discourse contexts.

Keywords: Discourse Analysis; Discourse Context; Author; Authorship.

1. Introdução

O tema da autoria vem sendo explorado de maneira recorrente em diversas pesquisas, revelando-se produtivo para o debate de questões relevantes no campo teórico da Análise de Discurso francesa, particularmente na vertente que se dedica à reflexão sobre os modos de inscrição do sujeito em seu discurso. Dentre as diferentes perspectivas, destacam-se trabalhos que discutem subjetividade e autoria; autoria e interpretação; autoria e estilo; relações autor, texto e leitor; diferentes representações do autor e do leitor em práticas discursivas variadas, dentre outras. O presente trabalho é uma tentativa de se colocar, em alguma medida, no espaço de discussões em torno da noção de autor(ia), assumindo como referência teórica para tratar da questão as reflexões de Foucault (1969).

O objetivo inicial desse trabalho é analisar os discursos segundo a relação que estabelecem com o *autor*, a fim de avaliar se a noção é relevante, ou não, em diferentes campos discursivos, particularmente no campo acadêmico, bem como os efeitos de autoria produzidos no interior de diferentes ciências que constituem esse campo. Inscritos na Análise do Discurso francesa, mais especificamente guiando-nos pela proposta teórico-metodológica

¹ Docente do Departamento de Ciências Humanas e Letras da UESB; doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

formulada por Dominique Maingueneau e seus desdobramentos, interessa-nos analisar de que maneira se constitui o efeito-autor – ou seu apagamento – associando essa questão à constituição, legitimação e funcionamento de instâncias enunciativas inscritas no campo acadêmico.

Assumindo, de acordo com Foucault, a noção de função-autor como uma posição sujeito que emerge nos posicionamentos assumidos por esse sujeito no interior do campo acadêmico, consideramos, ainda, a possibilidade de analisar a constituição do autor nesse campo associada à construção de um certo *ethos discursivo*, que emergiria diferentemente em função dos gêneros e do tipo de discurso. Essa noção, tal como reconfigurada por Maingueneau (2005), apresenta-se em termos de um processo enunciativo, que se organiza em função dos gêneros e dos tipos de discurso, em que determinados sujeitos são levados a se inscrever em uma determinada posição discursiva.

2. Considerações em torno das noções de autor e autoria

No contexto entre os anos de 1960 e 1970, período em que, de maneira bastante evidente na Filosofia e nas Ciências Humanas, criticam-se as concepções psicologizantes e humanistas de sujeito, insere-se a discussão sobre o conceito de *autoria*, cujos desdobramentos levam ao questionamento do primado do *autor*. Dois autores contribuem significativamente com essa discussão, embora de diferentes maneiras: Roland Barthes e Michel Foucault. Num artigo publicado em 1968 intitulado “A Morte do Autor”, Barthes propõe o afastamento do *autor* como presença no texto, privilegiando com isso a escritura que passa a ocupar um outro lugar que não mais aquele representativo de uma subjetividade. A escrita passa a ser o lugar onde o sujeito é apagado. Não importa mais *quem* fala, mas *o que* se fala. A noção de criação desaparece junto com o autor, dando lugar ao leitor, que surge juntamente com a morte desse mesmo autor.

Numa perspectiva diferente daquela apresentada por Barthes, Michel Foucault discute essa noção no texto “O que é um autor”, publicado em 1969, trabalho que se tornou um marco indiscutível na abordagem do conceito de autoria. Acusado de ter negado ou matado o homem, Foucault é vítima de uma má interpretação quando lhe atribuem a propagada tese da *morte do sujeito*, associando-a com a *morte do autor*². A expressão é de

² Em resposta a essas críticas, Foucault assim responde no texto *O que é um autor?*: “a morte do homem é um tema que permite esclarecer a maneira como o conceito funcionou no domínio de saber. E se fosse mais longe que a leitura, evidentemente austera, das primeiras ou das últimas páginas do que escrevi, perceber-se-ia que essa afirmação reenvia para a análise de um funcionamento. Não se trata de afirmar que o homem está morto (ou que vai desaparecer, ou que será substituído pelo super-homem), trata-se, a partir desse tema, que não é meu

Barthes e não de Foucault. Este último – sem ter a intenção de se deter em análises histórico-sociais de como a figura do autor se individualizou e se tornou a referência principal para se falar e pensar sobre um texto – vai em outra direção, propondo questionamentos no sentido de identificar a relação do autor com o texto: “a maneira como o texto aponta para esta figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência” (Foucault, 1969b, p.34).

Interessado em entender como a figura do autor constitui historicamente “o momento forte da individuação na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia e na das ciências” (Foucault, 1969b, p.33), esse filósofo olha para o espaço de onde a crítica estruturalista supõe retirar o autor, convicto de que há elementos que impedem efetivamente o seu desaparecimento. Por se tratar de uma reflexão norteadora para os trabalhos que se debruçam sobre o tema da autoria na *Análise do Discurso*, apresentaremos algumas das formulações apresentadas por Foucault, destacando basicamente a noção de *função-autor*.

2.1 Michel Foucault e a noção de função-autor

Para Foucault, o sujeito é uma construção do discurso, uma figura discursiva, e cada discurso define uma diferente função – posições – que o sujeito pode ocupar. É nesse sentido que a questão do *autor* aparece de forma recorrente em seus trabalhos – em *A Arqueologia do Saber* (1969a), em *O que é um autor?* (1969b) e em *A Ordem do discurso* (1971) – cujo interesse é demonstrar que essa figura é uma função discursiva associada ao sujeito do discurso, como o próprio Foucault afirma: “o autor – ou o que tentei descrever como função autor – é com certeza apenas uma das especificações possíveis da função sujeito.” (Foucault, 1969b, p.70).

Em *A Ordem do discurso* (1971), Foucault inicia com uma pergunta inquietante: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1971/1996, p. 8). Interessado em analisar as relações entre o discurso e o poder, Foucault responde apresentando a seguinte hipótese de trabalho, que na verdade é uma afirmação:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1971/1996, p. 8-9)

e que não cessou de ser repetido desde o final do século XIX, de ver de que maneira e segundo que regras se formou e funcionou o conceito de homem. Fiz a mesma coisa para a noção de autor. Contenhamos, pois, as lágrimas.” (1969b, p. 81)

Nessa perspectiva, o discurso não está isolado, descontextualizado da cultura em que é produzido, mas considerado como produto da dinâmica social. Em decorrência disso, Foucault pontua o fato de que nada do que dissemos pode ser compreendido sem levarmos em conta as relações que um discurso mantém com outros que circulam em nossa cultura, a partir de determinadas práticas sociais.

Isso implica que, quem fala, fala de um lugar determinado na instituição que o legitima e autoriza. Situa-se em determinado momento histórico e fala sob determinadas condições de enunciação. Dessa maneira, o discurso se organiza sob determinadas normas que fixam um lugar para aquele que fala e que visam a controlar o acontecimento, o acaso. Trata-se de sistemas de controle instituídos de forma a dominar a proliferação dos discursos, com procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem o discurso e que se dividem entre aqueles que se exercem do exterior do discurso e os procedimentos internos, exercidos pelo próprio discurso.

Os procedimentos internos de controle e delimitação do discurso são aqueles que “funcionam como princípios de classificação, de ordenação, de distribuição” e submetem a dimensão do discurso ao acontecimento e ao acaso: *princípio do comentário, princípio do autor, princípio da disciplina* (Foucault, 1971/1996, p. 21). Interessa-nos as formulações sobre o *princípio do autor*, pois, apesar de Foucault não negar a existência do indivíduo que escreve, fica evidente que o *autor* não é entendido como o sujeito empírico, nem como o sujeito enquanto indivíduo que escreveu ou pronunciou o texto, mas enquanto “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, 1971/1996, p.26). O *autor* é ao mesmo tempo uma instância produtora e um princípio de organização e controle do discurso, o que leva a autoria, conseqüentemente, a ser vista como procedimento de produção do discurso.

No ensaio *O que é um autor?*, o filósofo questiona as noções de obra e de escrita, para expor as dificuldades de se verificar o “desaparecimento” do *autor* vinculado a estas noções e argumenta que não é possível separar totalmente a obra de seu escritor, porque inclusive este é um dos elementos que dá unidade aos textos que compõem uma determinada obra. A dificuldade existe, também, para se identificar os critérios que funcionam para classificar algo como fazendo parte da obra de um escritor.

Foucault demonstra, assim, que a obra, além de ser de difícil delimitação, reclama a idéia de autor para ser considerada. A noção de escrita, por sua vez, igualmente obscurece a idéia de desaparecimento do autor enquanto unidade e ser empírico no mundo, visto que retém sutilmente a presença do autor. Diante disso, Foucault argumenta que o máximo que a

crítica estruturalista conseguiu foi o apagamento dos caracteres empíricos do *autor*, transpondo-os para um “anonimato transcendental”, mantendo o *autor* “sob a salvaguarda do *a priori*”.

Afirmando não bastar fazer a “repetição oca de que o autor morreu”, Foucault se propõe a trabalhar neste espaço onde se propusera seu apagamento em nome das formas próprias do discurso, com o objetivo de deslindar que regras passam a presidir seu funcionamento. Trata-se, pois, “de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse espaço deixa a descoberto” (Foucault, 1969b, p. 41). Nesse espaço, Foucault detecta justamente o jogo de uma *função-autor*, que agrupa, em torno de um *nome de autor*, feitos com o caráter de obra e/ou de discursividade³.

Além de observar a situação da função-autor no domínio de grandes textos, Foucault destaca que a autoria não funciona da mesma forma, não só em diferentes épocas, mas também numa mesma época em domínios diferentes, pois, além de autores de obra e de discursividade diferirem entre si, há ainda os textos desprovidos dessa função (contratos, por exemplo, exigiriam signatários, mas não autores). Isso tudo é devido ao modo como é definida a autoria, às razões por que a função-autor emerge e passa a funcionar. Percebemos, dessa maneira, que para Foucault a função-autor está caracterizada por “influir no modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (1969b, p. 46), e, por esse motivo, constitui-se em um dispositivo de controle dos sentidos que regula a ordem do discurso.

3. Sobre as noções de campo discursivo e *ethos*

Dando continuidade à apresentação dos pressupostos teóricos a partir dos quais se delimitou o tema dessa pesquisa, teceremos algumas considerações a respeito dos conceitos de *campo discursivo* e *ethos*, tal como estamos assumindo. Interessado em avançar na reflexão sobre o estatuto das discursividades, Dominique Maingueneau propõe o *postulado do primado do interdiscurso*. Dialogando com a teoria das heterogeneidades enunciativas e com os estudos desenvolvidos pelo “círculo de Bakhtin”, o autor desloca a problemática da

³ Vale a pena reportar-se a Foucault para ver a configuração específica de “fundador de discursividade”. Além do “indivíduo que se põe a escrever no horizonte em que paira uma obra possível” (Foucault, 1969b, p. 29), ou seja, além dos autores de uma obra, haveria, no mundo dos discursos, autores que estão em posição transdiscursiva – são os chamados fundadores de discursividades. “Não são apenas autores de suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (1969b, p. 58). Como exemplos de discursividades, Foucault cita a Psicanálise e o Marxismo.

heterogeneidade constitutiva da teoria da enunciação, para a teoria do discurso, tratando-a como uma das formas de relação interdiscursiva. Nessa perspectiva, no interior de uma teoria discursiva, a formulação do primado do interdiscurso leva às últimas consequências a noção de alteridade, “que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (Maingueneau, 1984/2005, p. 33).

Esse autor assume o princípio do dialogismo para tratar a relação interdiscursiva como constitutiva, responsável pela identidade dos discursos. A proposta inscreve-se no prolongamento de uma corrente da Análise do Discurso que busca repensar as relações do Mesmo e do Outro⁴, tais como eram vistas na fase inicial da disciplina. Situando-se na perspectiva de uma semântica discursiva, Maingueneau aborda a problemática da gênese dos discursos para mostrar que eles

não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva, pois, que estruturaria a identidade (Maingueneau, 1984/2005, p.21).

Com o objetivo de operacionalizar e especificar a noção de interdiscurso presente em seus trabalhos, o autor propõe substituí-la por uma tríade: *universo discursivo*, *campo discursivo*, *espaço discursivo*. (Maingueneau, 1984/2005, p. 35). Trata-se de uma divisão metodológica que se coloca como uma ferramenta extremamente útil e produtiva para o analista do discurso.

O domínio mais abrangente, o *universo discursivo*, equivale, de certa maneira, à noção de interdiscurso de Pêcheux. Para Maingueneau, esta instância corresponde “ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (Maingueneau, 1984/2005, p. 35).

É a partir de um dado *universo discursivo* que é possível recortar e delimitar domínios suscetíveis de serem estudados: os *campos discursivos*. Um campo discursivo é definido pelo autor como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (Maingueneau, 1984/2005, p. 35). Ao termo *concorrência*, deve-se atribuir uma significação mais abrangente, a saber:

⁴ Necessário destacar que o *Outro*, apesar de ser grafado com maiúscula, não é o mesmo da teoria lacaniana; o *Outro*, nas formulações de Maingueneau, refere-se aos posicionamentos interdiscursivos que se constituem no interior de um campo discursivo. “Entende-se que esse ‘Outro’, com maiúscula, não coincide com seu homônimo lacaniano. Empregamos esse termo porque não encontramos outro melhor. Podemos consolar-nos lembrando que nas ciências humanas não é um homônimo que vai fazer a grande diferença”. (Maingueneau, 1984/2005, p. 38)

“concorrência” deve ser entendida da maneira mais ampla; inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, idramatúrgico, gramatical etc.” (Maingueneau, 1984/2005, p. 36).

Para o autor, é no interior do campo discursivo que os discursos se constituem, e sua hipótese é que se pode descrever tal constituição observando-se as relações regulares que se estabelecem entre os discursos. Mas é importante destacar, conforme Maingueneau, que, apesar de haver uma regularidade na formação dos discursos que constituem um campo, não é possível determinar *a priori* os tipos de relações, já que existe uma heterogeneidade determinando a oposição dos discursos entre si em dominantes e dominados, o que faz com que eles não se situem num mesmo plano. Além dessa heterogeneidade, há o fato de um discurso não lidar “integralmente” com seu Outro, mas parcialmente, de maneira específica, com a parte do Outro que é necessário haver-se para que se possa manter a sua identidade.

Por fim, a noção de *ethos* discursivo, tal como reformulada por Maingueneau (2005), parece-nos pertinente para analisar a constituição do *autor* enquanto instância produtora do discurso, uma vez que Maingueneau entende por *ethos* o conjunto de características relacionadas ao sujeito enunciativo do discurso revelado pelo próprio *modo* como esse sujeito enuncia. Trata-se, portanto, não do que esse sujeito diz a respeito de si, mas da personalidade que mostra pelo modo de se exprimir. O *ethos*, como parte integrante de uma formação discursiva qualquer, assim como outras dimensões da discursividade, é imposto por ela àquele que, em seu interior, assume um lugar de enunciação.

3.1 Algumas delimitações

A partir disso e a fim de compreender melhor essa categoria que chamamos de *autor*, tão incessantemente questionada e com a qual constantemente nos defrontamos, passamos a considerar a hipótese de que a autoria não funciona da mesma maneira em todos os lugares – em todas as esferas, em todos os campos discursivos –, uma vez que cada campo define seu regime de autoria, cujas regras variam de acordo às condições sócio-histórico-ideológicas que definem as práticas discursivas.

Partindo da constatação de que as formas de apagamento/constituição da autoria são condicionadas pelas práticas histórico-sociais no interior dos diferentes campos discursivos, consideramos relevante a possibilidade de discutir o processo do sujeito constituir-se autor em certos campos, particularmente no acadêmico-científico. Trata-se de analisar a questão da subjetividade enunciativa, especificamente a noção de autor(ia), a partir da consideração dos

lugares sociais e de suas implicações com a rede de lugares discursivos em que os falantes se inscrevem para enunciar.

Para dar encaminhamento à pesquisa, partimos das seguintes questões: como se constitui a função-autor em campos discursivos distintos? Em que medida a autoria é requerida em diferentes campos? Que efeitos a autoria produz e em quais campos? Para responder a esses questionamentos, pretende-se: identificar os modos de inscrição do sujeito no discurso a partir da análise da constituição do efeito-autor, ou do seu apagamento, em diferentes campos discursivos; analisar em que medida a função-autor constitui-se como um dispositivo de controle dos sentidos produzidos no interior desses campos; analisar em que medida o efeito-autor implica na construção de um certo *ethos* discursivo para o enunciador em diferentes campos discursivos.

Nossa proposta é mostrar as diferenças entre *ethé* que emergem no discurso acadêmico, bem como as relações entre o modo como um certo *ethos* discursivo se manifesta e o processo enunciativo em que o sujeito é levado a se inscrever na posição discursiva de *autor* em diferentes ciências que se constituem no interior desse campo.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.65-70.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. [1969a]

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Veja Passagens, 1971. [1969b]

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [1971].

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005 [1984].

_____. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de Si no discurso**. Tradução de Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005 [1999] p. 69-92